



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0172023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.936/2022
SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
(apenso Processo Administrativo nº 2.901/2022 da Secretaria Municipal de Saúde)

A Comissão Permanente de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Bom Jardim comunica que realizará Licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, forma de execução DIRETA, com fornecimento em parcela única, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como no Decreto Municipal 4.558, de 08 de agosto de 2023, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e a Lei Complementar Federal n. 123/2006 e suas posteriores modificações.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO	
DATA DE ABERTURA	09/01/2023
FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	9h29min
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS	9h30min
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES	DEFINIDO POR ITEM
ENDEREÇO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	<u>www.licitanet.com.br</u> "Acesso Identificado no link – Login"

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Licitanet.com.br. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Licitanet.com.br está consubstanciada nos §§2º e 3º, do Artigo 2º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

O sistema de pregão eletrônico da Licitanet.com.br, utilizado pelo Município para realização do presente certame, é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.



Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira indicada pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações públicas” constante na página da internet da Licitanet.com.br (www.licitanet.com.br).

O Licitante deverá observar as datas e os horários limite previstos no presente Edital.

1 – DO OBJETO:

1.1- O presente edital destina-se a eventual e futura aquisição de **Material de Consumo Durável e EPIs** para atender as demandas das Secretarias de Administração e Secretaria de Saúde.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão quaisquer empresas que:

2.1.1. estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo Contrato Social ou documento equivalente;

2.1.2. atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

2.1.3. comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital;

2.1.4 - Poderão participar deste Pregão interessados que estejam com Credenciamento regular, de forma direta ou através de empresas associadas à Licitanet.com.br, até 01 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.1.5 - Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, as Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (quando for o caso permitido para MEI), **deverão identificar o seu regime de tributação**, informando em campo próprio do cadastramento disponível no sistema.

2.2 – É de inteira responsabilidade dos interessados em participar da licitação o fornecimento de informações corretas e precisas, bem como o correto preenchimento de quaisquer formulários, nos campos apropriados, constantes no sistema e necessários à participação no certame.

3 – DO PREÇO UNITÁRIO E DOS VALORES TOTAIS MÁXIMOS ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

3.1 – O preço total estimado pela Administração para a contratação em questão é de **R\$ 105.158,06 (cento e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e seis centavos)**.

3.2 – O valor estimado e o quantitativo máximo constituem mera estimativa, não obrigando a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Saúde, a adquirir a quantidade ou valor total.

3.3 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	Óculos proteção , material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo de	UND	80	R\$ 8,42	R\$ 673,60



	lente: anti-risco, anti-embacante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: policarbonato.				
2.	Óculos proteção , material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor lente: verde.	UND	30	R\$ 5,65	R\$ 169,50
3.	Luva segurança , material: vaqueta, tamanho GG, aplicação: segurança e proteção individual, características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5cm, tipo: petroleira.	PAR	100	R\$ 25,19	R\$ 2.519,00
4.	Luva banho nitrílico Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, sem costura, revestida em borracha nitrílica na palma, dedos e dorso até parte do punho, palma antiderrapante, punho com elastano. Tamanho: G-9.	PAR	100	R\$ 5,66	R\$ 566,00
5.	Luva de segurança para manutenção elétrica fabricada em nylon, revestida de espuma nitrílica, tamanho: G-8.	PAR	15	R\$ 9,84	R\$ 147,60
6.	Botina segurança, TAMANHO 39 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricitista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50	R\$ 104,43	R\$ 5.221,50
7.	Botina segurança, TAMANHO 40 material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricitista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	40	R\$ 96,12	R\$ 3.844,80
8.	Botina segurança, TAMANHO 41 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema	PAR	50	R\$ 104,43	R\$ 5.221,50



	strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta				
9.	<u>Botina segurança, TAMANHO 42</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50	R\$ 99,93	R\$ 4.996,50
10.	<u>Botina segurança, TAMANHO 43</u> material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	40	R\$ 104,43	R\$ 4.177,20
11.	<u>Botina segurança, TAMANHO 44</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	30	R\$ 104,43	R\$ 3.132,90
12.	<u>Botina segurança, TAMANHO 45</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	10	R\$ 91,74	R\$ 917,40
13.	<u>Botina segurança, TAMANHO 46</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola:	PAR	10	R\$ 91,74	R\$ 917,40



	antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta				
14.	Bota cano longo PVC, TAMANHAO 40 , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	30	R\$ 56,40	R\$ 1.692,00
15.	Bota cano longo PVC TAMANHAO 41 , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40	R\$ 56,40	R\$ 2.256,00
16.	Bota cano longo PVC, TAMANHO 42 , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40	R\$ 56,40	R\$ 2.256,00
17.	Bota cano longo PVC TAMANHO 43 , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40	R\$ 56,40	R\$ 2.256,00
18.	Bota cano longo PVC TAMANHO 44 impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	30	R\$ 56,40	R\$ 1.692,00
19.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 40 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	90	R\$ 64,09	R\$ 5.768,10
20.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 41 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno,	PAR	20	R\$ 64,09	R\$ 1.281,80



	solado de borracha.				
21.	<u>Sapato de segurança em couro, TAMANHO 42</u> colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	20	R\$ 64,09	R\$ 1.281,80
22.	<u>Sapato de segurança em couro, TAMANHO 43</u> colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	10	R\$ 64,09	R\$ 640,90
23.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO M.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	UND	10	R\$ 71,21	R\$ 712,10
24.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO G.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	UND	20	R\$ 71,21	R\$ 1.424,20
25.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO GG.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200	UND	10	R\$ 49,80	R\$ 498,00



	mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.				
26.	<u>Lixeira de Aço com pedal</u> , 20 litros	UND	11	R\$ 165,71	R\$ 1.822,81
27.	<u>Caixa “BIN” organizadora</u> , plástica, nº 03 Preta	UND	102	R\$ 1,93	R\$ 196,86
28.	<u>Caixa Branca</u> 2P para Transporte de Prótese Dentária entre as Unidades e o LRDP	UND	102	R\$ 31,13	R\$ 3.175,26
29.	<u>Caixa Organizadora com tampa de 20 litros</u>	UND	05	R\$ 32,96	R\$ 164,80
30.	<u>Luminária para LRPD</u> , com Lupa, triarticulada, com parafuso de fixação em bancada	UND	02	R\$ 289,63	R\$ 579,26
31.	<u>Caixa plástica</u> modelo 002 sem tampa 4,2 litros; Material PP (polipropileno) ou PEAD (Polietileno de alta Densidade) Largura: Interna: 135mm Externa: 160mm Altura: Interna: 115mm Externa: 120mm Comprimento Interno: 285mm Externo: 320mm Cor: preta	UND	50	R\$ 27,39	R\$ 1.369,50
32.	<u>Caixa BIN</u> nº 6 Cor preta Dimensões: Altura: 15cm, largura: 19cm, comprimento: 29cm	UND	50	R\$ 14,79	R\$ 739,50
33.	<u>Organizador Triplo Acrílico de Mesa Cristal</u> Dimensões: 18,4cm x 26,5cm x 51,5cm	UND	03	R\$ 138,57	R\$ 415,71
34.	<u>Pallet Termoformado de chapa dupla</u> , em polietileno reforçado de alta densidade. 09 patas ovais de suporte. Encaixável, permitindo empilhamento (Telescópavel). Cor: preta. Entrada das pás (garfos) da paleteira pelos quatro lados. Reciclável, resistente, durável, lavável. Furos nas patas para drenagem, evitando acúmulos de água. Capacidade de carga de até 800kg. Dimensões do pallet: 1000 x 1200 x 145 a 165mm.	UND	10	R\$ 498,97	R\$ 4.989,70
35.	<u>Cabo de aço</u> 7/16	METRO	20	R\$ 35,73	R\$ 714,60



36.	Cabo de aço 5/8	METRO	20	R\$ 69,76	R\$ 1.395,20
37.	Cabo de aço 3/8	METRO	50	R\$ 18,89	R\$ 944,50
38.	CAPA DE CHUVA , Vestimenta de segurança, tipo capa. Confeccionada em tecido sintético plastificado em PVC Forrado. Com mangas, Capuz fixo, Fechamento frontal através de botões de pressão e costuras Através de solda eletrônica. Tamanho G.	UN	30	R\$ 33,01	R\$ 990,30
39.	Clips Cabo de Aço 7/16	UNIDA DE	05	R\$ 6,94	R\$ 34,70
40.	Clips Cabo de Aço 5/8	UNIDA DE	05	R\$ 9,61	R\$ 48,05
41.	Clips Cabo de Aço 3/8	UNIDA DE	05	R\$ 4,60	R\$ 23,00
42.	Cone sinalização , material: PVC, altura: 75 cm, cor: laranja com faixas brancas	UN	200	R\$ 40,90	R\$ 8.180,00
43.	Corda Nylon ½" .	METRO	200	R\$ 3,04	R\$ 608,00
44.	Corda , material: poliéster, tipo: trançada (12 pernas), diâmetro: 3 mm, cor: branca, tipo bombeiro.	METRO	250	R\$ 0,78	R\$ 195,00
45.	Corda NR 18 tipo bombeiro 12 mm em poliamida, carga de ruptura de 20 KN = 2.038 (kgf), cabo sem capa externa (mínimo): 15 KN = 1.529 (kgf), diâmetro nominal (mínimo): 12,0mm, desvio limite: + 0,5mm, fita inserida na alma gravada NR 16,5 ISSO 1140.	METRO	500	R\$ 4,00	R\$ 2.000,00
46.	Enxada em aço carbono largura 24 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10	R\$ 66,21	R\$ 662,10
47.	Enxada em aço carbono largura 18 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10	R\$ 46,58	R\$ 465,80
48.	Enxadão aço carbono 15 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10	R\$ 55,47	R\$ 554,70
49.	Fita zebra da de sinalização preta e Amarela, Rolo 200 metros.	ROLO 200 metros	200	R\$ 18,07	R\$ 3.614,00
50.	Foice roçadeira em aço carbono , com cabo de madeira 110 cm, olho de 32mm de diâmetro.	Unitário	17	R\$ 63,93	R\$ 1.086,81



51.	Gancho de aço com olhal 2 toneladas com trava de segurança	UNIDA DE	05	R\$ 92,08	R\$ 460,40
52.	Gancho de aço com olhal 3 toneladas com trava segurança	UNIDA DE	05	R\$ 113,32	R\$ 566,60
53.	Gancho de aço com olhal 5 toneladas com trava segurança	UNIDA DE	05	R\$ 173,20	R\$ 866,00
54.	Lona Plástica em Bobina 4x100m Grossa capacidade 35kg.	Rolo 100 metros	20	R\$ 668,36	R\$ 13.367,20
55.	Pá Quadrada em aço carbono com cabo de madeira 71 cm	UNIDA DE	15	R\$ 44,26	R\$ 663,90
VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)				R\$ 105.158,06	

3.4- O INTERVALO ENTRE OS LANCES SERÁ DE R\$ 0,01.

4 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 – Qualquer empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão através SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br.

4.1.1 – A impugnação poderá ser realizada de forma eletrônica, pelo SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

4.1.2 - As impugnações e esclarecimentos devem ser feitos pela plataforma LICITANET (na hipótese de Fornecedor já cadastrado) e/ou pelo site www.licitanet.com.br para os demais interessados (ABA PROCESSOS = PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E/OU IMPUGNAÇÃO).

4.1.2.1- Impugnação é o ato de contestar um edital durante o processo de licitação, que pode ou não ser aceito pela comissão de licitação ou pregoeira. Conforme Artigo 41, § 3º, da lei 8666/93, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo Único: A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.2.2- **Esclarecimento** é o ato pelo qual os interessados pedem que sejam esclarecidas as dúvidas relacionadas a algum aspecto específico do edital. Conforme a lei 8666/93, Art. 41, § 3º, qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo Único: A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.



4.4 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

4.5 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA LICITANET:

5.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do licitante junto ao endereço de sistema, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.1.1 – A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à Licitanet.com.br, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.2 - O credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no sistema.

5.3 – O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Licitanet.com.br a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de



negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência (Acórdão 1211, 2443 e 2568, todos expedidos em 2021 pelo Plenário do TCU).

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valores unitários e total por item ofertado, em moeda nacional expresso em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta Licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado. Em caso de divergência entre os preços expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último.

7.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma clara.

7.1.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.1.3 – Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os objetos serem entregues sem ônus adicionais;

7.1.4 - Fica a critério da pregoeira, solicitar informações adicionais necessárias para elucidar dúvidas que venham a surgir;

7.1.5 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, tendo como marco inicial a data da sessão;

7.1.5.1 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse do Município de Bom Jardim/RJ, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.1.5.2 -. Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro, do art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, devidamente autuado em processo.

7.1.6 - Deverão ser propostos produtos, em quantidade e especificação conforme exigências mínimas do Edital, com disponibilidade para entrega conforme termo de referência, em atendimento integral a todas às exigências do Edital, ficando obrigada a empresa proponente, no caso de vencedora, a entregar produtos com as especificações técnicas mínimas solicitadas no ato convocatório, não podendo alegar desconhecimento ou erro, e no caso de descumprimento desta previsão poderá ser declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, conforme disposto no artigo 7º, da Lei Federal, 10.520, de 17 de Julho de 2002.

7.2 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.3 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro,



omissão ou qualquer outro pretexto;

7.4 - Os preços deverão ser cotados com 04 (quatro) casas decimais após a vírgula. Ex: R\$ 0,0001

7.5- Serão desclassificadas as propostas que contenham qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o termo do presente Edital, ou descrição errônea do objeto.

7.6- Serão desclassificadas inicialmente as propostas que:

7.6.1- Tenham inobservado o presente edital;

7.6.2- Apresentem rasuras, entrelinhas, emendas, acréscimos ou ainda, linguagem que dificulte a exata compreensão do seu enunciado;

7.6.3- Se vinculem, de qualquer forma, à proposta de outra licitante;

7.6.4- Não apresentarem claramente as especificações dos produtos de acordo com as solicitações deste edital.

7.7 – Erros meramente formais, assim considerados pela comissão não importarão em desclassificação de qualquer licitante.

7.8– O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.9– Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.10 - Na hipótese de erro de caráter formal ou material, DEVERÁ ser solicitada a desclassificação da proposta, antes da classificação para posterior fase de lances, sob pena de decair o direito.

7.11– Não serão admitidas propostas que estejam acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 – A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3 – Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.1 – Qualquer forma de identificação da proponente (exemplos: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros) será motivo de desclassificação da proposta.

8.3.2 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.3 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



8.5 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

8.6 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7 – O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário *do Item*.

8.8 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, devendo observar ainda o parâmetro para intervalo mínimo entre os lances definidos neste Edital.

8.10 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,1000 para cada item (Item 3.4)

8.11 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações de dois em dois minutos a cada lance.

8.12 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.15 – Encerrada a fase competitiva, sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.16 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18 – No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20 – O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.21 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



8.23 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.24 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25 -A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 h (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.26 - É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.27 - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9– DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 – Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º, do art. 26, do Decreto nº 10.024/2019.

9.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

9.2.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.2.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.2.3 não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

9.3 – Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável fixado pela Administração ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º, do artigo 43, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.5 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.6 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.7 – A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail ou sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



9.8 – O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.8.1 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10 – Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11 – A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.12 – Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.13 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.14 – De acordo com a Lei de Licitações no artigo 48, inciso II, §1º, alíneas “a” e “b”, preços manifestamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

9.14.1 – Conforme disposto no artigo 48, §1º, da Lei nº. 8666/93, consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

b) Valor orçado pela Administração.

9.15 – As regras que dispõem sobre os critérios de inexequibilidade da proposta e sua aceitação também se aplicam aos lances ofertados pelos licitantes, no que couber.

9.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.17. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - HABILITACAO

10.1 - A Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do sistema, nos documentos por ele abrangidos, em relação a



habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do sistema para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, feita pela Pregoeira, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.4. Havendo a necessidade de envio de informações complementares, necessárias a confirmação dos requisitos de habilitação exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado à encaminhá-las, em formato digital, via sistema, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.8.1 – Para a sociedade comercial, a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em versão consolidada ou com sua última alteração, com a inscrição no registro público de empresas mercantis na junta comercial da respectiva sede, junto a documento comprobatório de seus administradores;

10.8.2 – Para as empresas individuais, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;

10.8.3 – Para as sociedades anônimas, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentada a ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

10.8.4 – Para as sociedades estrangeiras, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentado o Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

10.8.5 – Para as sociedades simples, a inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6 – Para as sucursais, filiais ou agências, a inscrição no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

10.8.7 – Para o microempreendedor individual, em substituição à inscrição no registro público de empresas mercantis na junta comercial da respectiva sede, poderá ser



apresentado o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMED);

10.8.8 – Cédula de identidade dos sócios e ou diretores;

10.9 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

10.9.1 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ;

10.9.2 – Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

10.9.3 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

10.9.4 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;

10.9.4.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

10.9.5 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

10.9.6 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.9.7 - Microempresas e empresas de pequeno porte

10.9.7.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42, da Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações.

10.9.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado a microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.7.3. A falta de regularização da documentação no prazo acima previsto implicará a decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.10 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.10.1 - Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da contratada, que comprove que a licitante forneceu bens em prazo, características e quantidades compatíveis os descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

10.11 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.11.1 - A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de



que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

10.11.2 – Devido a simplicidade da demanda, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial.

11. - DAS DECLARAÇÕES

11.1 - Declaração firmada pela licitante, nos termos do modelo constante do ANEXO IV Modelo de DECLARAÇÃO ÚNICA de que Cumpre Rigorosamente o Art. 7º, da Constituição Federal, de Fatos Impeditivos, Atendimento aos Requisitos de Habilitação, Idoneidade e Não Parentesco.

12. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

12.1 – Não poderão concorrer neste Pregão as sociedades empresárias e empresários:

12.1.1 – Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

12.1.2 – Impedidas de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

12.1.3 – Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

12.1.4 - Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa).

12.1.5 - Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.1.5.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

12.1.6 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

12.1.7 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

12.2 - Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02h (duas horas), a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



- 13.1.4. conter identificação dos procuradores que assinaram os respectivos contratos.
- 13.1.5. Conter contato telefônico e endereço de e-mail atualizados para envio de notas de empenho, contratos e demais documentos para formalização da contratação.
- 13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 13.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (art. 5º, da Lei no 8.666/93).
- 13.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda as especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo a proposta de outro licitante.
- 13.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14 – DOS RECURSOS

- 14.1. A Pregoeira declarará o vencedor e concederá o prazo de **10min (dez minutos)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 14.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 14.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 14.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, se desejarem, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.4. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.
- 14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6. Os itens para os quais não forem interpostos recursos serão desde logo adjudicados.
- 14.7. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos a pregoeira que, no prazo de 3 (três) dias úteis, decidirá de forma fundamentada.
- 14.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente adjudicará o objeto e homologará a licitação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC no 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

17.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico e no sítio oficial do órgão: <http://www.bomjardim.rj.gov.br/>

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

17.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site www.licitanet.com.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no sítio eletrônico <http://www.bomjardim.rj.gov.br> e no Setor de Licitações do Município, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - 2º andar – Comissão Geral de Licitações e Compras, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h., na Secretaria Municipal de Administração, no mesmo endereço, e na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Praça Governador Roberto Silveira, nº. 44, 3º andar, centro, Bom Jardim/RJ.

17.11. É facultado a pregoeira e a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

17.12. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.13. Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no mesmo veículo em que se deu a publicação do aviso inicial.

17.14. Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira, com auxílio da equipe de apoio.

17.15 - É de inteira responsabilidade dos interessados em participar na licitação o fornecimento de informações corretas e precisas, bem como o correto preenchimento de quaisquer formulários, nos campos apropriados, constantes no sistema e necessários à participação no certame.

18 – DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

18.1 – A Administração Pública Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração e do Fundo Municipal de Saúde, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos.

18.2 – O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços estará sujeito às sanções previstas no Termo Referência/Edital. Neste caso, os setores requisitantes convocarão, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP.

19 – DETALHAMENTO DO OBJETO

Vide termo de referência

20-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Vide Termo de Referência

21 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Vide Termo de Referência

22- DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO

Vide termo de referência

24 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES



Vide termo de referência

25- GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ATRIBUIÇÕES

Vide termo de referência

26- FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

Vide termo de referência

27- FORMA DE PAGAMENTO

Vide termo de referência

28- REVISÃO DOS PREÇOS

Vide termo de referência

29 – PENALIDADES

Vide termo de referência

30 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Vide termo de referência

31–DURAÇÃO, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vide termo de referência

31 – SUBCONTRATAÇÃO

32.1– Não será admitida subcontratação para o presente objeto.

32- GARANTIA DE EXECUÇÃO

32.1– Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

33– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

33.1 – Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

SECRETARIA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	CÓDIGO DE DESDOBRAMENTO DA DESPESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0065.2.207. 3.3.90.30 10.301.0065.2.210. 3.3.90.30	339030.00		
Secretaria de Administração	02.400.04.122.0010. 2.027	339030.00	150000 170401	

34– DO FORO

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM e os licitantes do certame, elegem o foro do Município de Bom Jardim - RJ, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

35– ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL



Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

35.1– ANEXO I – Termo de Referência

35.2– ANEXO II – Proposta de Preços final (Modelo)

35.3- ANEXO III- Modelo de DECLARAÇÃO ÚNICA de que Cumpre Rigorosamente o At, 7º da Constituição Federal, *de Fatos Impeditivos, Atendimento aos Requisitos de Habilitação, Idoneidade e Não Parentesco.*

35.4 – ANEXOIV – Minuta de Contrato.

Bom Jardim, 21 de dezembro de 2023

Luiz Carlos dos Santos
Secretário de Administração
Matrícula nº 41/6917
CPF nº 894.530.427-49

Pablo Benvenuti Borba
Secretário de Saúde
Matrícula nº 41/7072

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA UNIFICADO

1 – OBJETO



1.1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência destina-se a estabelecer os parâmetros mínimos para futura e eventual aquisição de **Material de Consumo Durável e EPIs** para atender as demandas das **Secretarias de Administração e Secretaria de Saúde**.

1.2 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	SEC. REQUISITANTE
1.	Óculos proteção , material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo de lente: anti-risco, anti-embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: policarbonato.	399611	UND	01	80	SMA - 80
2.	Óculos proteção , material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor lente: verde.	281881	UND	01	30	SMA - 30
3.	Luva segurança , material: vaqueta, tamanho GG, aplicação: segurança e proteção individual, características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5cm, tipo: petroleira.	449497	PAR	01	100	SMA - 100
4.	Luva banho nitrílico Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, sem costura, revestida em borracha nitrílica na palma, dedos e dorso até parte do punho, palma antiderrapante, punho com elastano. Tamanho: G-9.	Não localizado	PAR	01	100	SMA -100
5.	Luva de segurança para manutenção elétrica fabricada em nylon, revestida de espuma nitrílica, tamanho: G-8.	Não localizado	PAR	01	15	SMA - 15
6.	Botina segurança, TAMANHO 39 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricitista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	50	SMA - 50
7.	Botina segurança, TAMANHO 40 material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características	Não localizado	PAR	01	40	SMA- 40



	adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta					
8.	<u>Botina segurança, TAMANHO 41</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	50	SMA - 50
9.	<u>Botina segurança, TAMANHO 42</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	50	SMA - 50
10.	<u>Botina segurança, TAMANHO 43</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40
11.	<u>Botina segurança, TAMANHO 44</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	30	SMA - 30
12.	<u>Botina segurança, TAMANHO 45</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano	Não localizado	PAR	01	10	SMA - 10



	bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta					
13.	<u>Botina segurança, TAMANHO 46</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	10	SMA - 10
14.	<u>Bota cano longo PVC, TAMANHAO 40</u> , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	30	SMA - 30
15.	<u>Bota cano longo PVC TAMANHAO 41</u> , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40
16.	<u>Bota cano longo PVC, TAMANHO 42</u> , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40
17.	<u>Bota cano longo PVC TAMANHO 43</u> , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40
18.	<u>Bota cano longo PVC TAMANHO 44</u> impermeável de fácil higienização na cor preta com	Não localizado	PAR	01	30	SMA - 30



	solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.					
19.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 40 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	90	SMA - 20
20.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 41 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	20	SMA - 20
21.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 42 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	20	SMA - 20
22.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 43 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	10	SMA - 10
23.	Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO M. Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	Não localizado	UND	01	10	SMA - 10
24.	Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO G. Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com	Não localizado	UND	01	20	SMA - 20



	fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.					
25.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO GG.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	Não localizado	UND	01	10	SMA - 10
26.	<u>Lixeira de Aço com pedal,</u> 20 litros	347602	UND	01	11	SMS -11
27.	<u>Caixa “BIN” organizadora,</u> plástica, nº 03 Preta	Não localizado	UND	01	102	SMS -102
28.	<u>Caixa Branca</u> 2P para Transporte de Prótese Dentária entre as Unidades e o LRDP	Não localizado	UND	01	102	SMS - 102
29.	<u>Caixa Organizadora com tampa de 20 litros</u>	Não localizada	UND	01	05	SMS - 05
30.	<u>Luminária para LRPD,</u> com Lupa, triarticulada, com parafuso de fixação em bancada	Não localizada	UND	01	02	SMS - 02
31.	<u>Caixa plástica</u> modelo 002 sem tampa 4,2 litros; Material PP (polipropileno) ou PEAD (Polietileno de alta Densidade) Largura: Interna: 135mm Externa: 160mm Altura: Interna: 115mm Externa: 120mm Comprimento Interno: 285mm Externo: 320mm Cor: preta	Não localizado	UND	01	50	SMS - 50
32.	<u>Caixa BIN nº 6</u> Cor preta Dimensões: Altura: 15cm, largura: 19cm, comprimento: 29cm	Não localizado	UND	01	50	SMS - 50
33.	<u>Organizador Triplo Acrílico de Mesa Cristal</u> Dimensões: 18,4cm x 26,5cm x 51,5cm	Não localizado	UND	01	03	SMS - 03



34.	Pallet Termoformado de chapa dupla , em polietileno reforçado de alta densidade. 09 patas ovais de suporte. Encaixável, permitindo empilhamento (Telescópico). Cor: preta. Entrada das pás (garfos) da paleteira pelos quatro lados. Reciclável, resistente, durável, lavável. Furos nas patas para drenagem, evitando acúmulos de água. Capacidade de carga de até 800kg. Dimensões do pallet: 1000 x 1200 x 145 a 165mm.	Não localizado	UND	01	10	SMS - 10
35.	Cabo de aço 7/16	05903	METRO	01	20	SMA - 20
36.	Cabo de aço 5/8	05903	METRO	01	20	SMA - 20
37.	Cabo de aço 3/8	05903	METRO	01	50	SMA - 50
38.	CAPA DE CHUVA , Vestimenta de segurança, tipo capa. Confeccionada em tecido sintético plastificado em PVC Forrado. Com mangas, Capuz fixo, Fechamento frontal através de botões de pressão e costuras Através de solda eletrônica. Tamanho G.	3905	UN	01	30	SMA - 30
39.	Clips Cabo de Aço 7/16	Não localizado	UNIDADE	01	05	SMA - 05
40.	Clips Cabo de Aço 5/8	Não localizado	UNIDADE	01	05	SMA - 05
41.	Clips Cabo de Aço 3/8	Não localizado	UNIDADE	01	05	SMA - 05
42.	Cone sinalização , material: PVC, altura: 75 cm, cor: laranja com faixas brancas	460721	UN	01	200	SMA - 200
43.	Corda Nylon ½" .	Não localizado	METRO	01	200	SMA - 200
44.	Corda , material: poliéster, tipo: trançada (12 pernas), diâmetro: 3 mm, cor: branca, tipo bombeiro.	238910	METRO	01	250	SMA - 250
45.	Corda NR 18 tipo bombeiro 12 mm em poliamida, carga de ruptura de 20 KN = 2.038 (kgf), cabo sem capa externa (mínimo): 15 KN = 1.529 (kgf), diâmetro nominal (mínimo): 12,0mm, desvio limite: + 0,5mm, fita inserida na alma gravada NR 16,5 ISSO 1140.	Não localizado	METRO	01	500	SMA - 500



46.	Enxada em aço carbono largura 24 cm, com cabo de madeira.	468616	UNIDA DE	01	10	SMA - 10
47.	Enxada em aço carbono largura 18 cm, com cabo de madeira.	452370	UNIDA DE	01	10	SMA - 10
48.	Enxada aço carbono 15 cm, com cabo de madeira.	314244	UNIDA DE	01	10	SMA - 10
49.	Fita zebra de sinalização preta e Amarela, Rolo 200 metros.	Não localizado	ROLO 200 metros	01	200	SMA - 200
50.	Foice roçadeira em aço carbono , com cabo de madeira 110 cm, olho de 32mm de diâmetro.	39535	Unitário	01	17	SMA - 17
51.	Gancho de aço com olhal 2 toneladas com trava de segurança	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
52.	Gancho de aço com olhal 3 toneladas com trava segurança	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
53.	Gancho de aço com olhal 5 toneladas com trava segurança	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
54.	Lona Plástica em Bobina 4x100m Grossa capacidade 35kg.	Não localizado	Rolo 100 metros	01	20	SMA - 20
55.	Pá Quadrada em aço carbono com cabo de madeira 71 cm	405532	UNIDA DE	01	15	SMA - 15

1.2.1 – SMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SMS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.2.2 - Havendo divergência entre o código CATMAT e o Detalhamento do Objeto prevalece o ÚLTIMO.

1.3 – SITUAÇÃO QUE ORIGINA A DEMANDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO: A aquisição de EPI's está direcionada à segurança individual dos servidores municipais em suas atividades rotineiras.

Os Equipamentos fazem parte do material de proteção individual e coletivo, destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador. Assim, os equipamentos são de grande importância para preservar a integridade física dos empregados lotados na Secretaria de Obras e Infraestrutura e demais secretarias. Segundo a Lei Federal nº 6.514/77, é obrigação da empresa, fornecer aos empregados EPI e EPC adequado ao risco, e em perfeito estado de conservação.

Para que o Município fique em conformidade com a NR 06, a qual dita a obrigatoriedade de fornecer EPI's gratuitos aos trabalhadores, cujas funções tenham que ser exercidas com utilização de EPI, se faz necessário a aquisição dos mesmos.

Cabe ressaltar ainda que o município firmou um TAC com o ministério Público do Trabalho, no qual, a cláusula 5º dita a obrigatoriedade de o município fornecer EPI's gratuitos aos trabalhadores quando o tipo de atividade exigir.

Em relação a aquisição de materiais de consumo duráveis, justifica-se tendo em vista atividades



rotineiras da Administração e os demais itens foram acrescidos visando o pronto atendimento à situações imprevisíveis e que necessitem de resposta urgente da municipalidade.

SECRETARIA DE SAÚDE: A aquisição de material de consumo durável para atender as unidades da Rede de Saúde Bucal e a Farmácia Municipal da Secretaria de Saúde, se justifica pelas condições improvisadas de organização atual do trabalho administrativo e técnico dos setores, bem como na organização do fluxo de trabalho.

A aquisição visa a estruturação e ampliar o local de armazenamento dos insumos que fazem necessários ao funcionamento e organização do serviço, buscando atender a população de forma mais satisfatória.

1.4 – ESTUDOS TÉCNICOS QUE EMBASAM A SOLUÇÃO

Não foi elaborado Estudo Técnico Preliminar.

1.5 – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE DE DEMANDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO: A quantidade solicitada foi estimada no consumo de exercícios anteriores e será suficiente para o próximo exercício.

SECRETARIA DE SAÚDE: Considerando a ausência de mobiliário adequado nas unidades e que as características de atendimento variam em função de suas diferentes capacidades operacionais, existe uma demanda específica para cada unidade em função da composição administrativa das equipes.

O quantitativo se justifica com o estado obsoleto dos materiais existentes, e pelo aumento significativo na quantidade de pacientes atendidos, ofertando assim grande número de medicamentos e atendimentos para a população, assim sendo necessário adequado armazenamentos dos insumos.

Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de entrega parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários.

Pois, esse Sistema possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração.

Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na aquisição do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos servidores, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

1.6 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO

A licitação ocorrerá pelo menor preço por item, ou seja, adjudicação será feita por item, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, **tendo em vista a possibilidade de divisão do objeto de forma técnica e economicamente viável.**

2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

2.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local



constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia.

2.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

2.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em até 05 (cinco) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

2.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

2.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

2.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

2.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.

2.1.10 – Entregar os EPI's dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos pelo INMETRO com o devido Certificado de Aprovação (C.A.);

2.1.11 - Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005.

3 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

3.1.1 – Emitir a ordem de fornecimento e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

3.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

3.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

3.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;

3.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO

4.1 – A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.



4.2 – Os bens a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada conforme ordem de fornecimento, em prazo máximo de 05(cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento, nos seguintes endereços:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- Sec. De Obras, Rua Humberto Neves, S/nº, Bom Destino - Bom Jardim-RJ, das 7h às 11h e das 12h às 16h, de segunda a sexta-feira, aos cuidados da fiscalização do contrato.

SECRETARIA DE SAÚDE: *Itens 12 ao16 – Unidade de Saúde Bucal*- Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Saúde Djalma Neves, Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 – Centro – Bom Jardim / RJ, de segunda a sexta feira, das 8h às 16h.

Itens 17 ao 20 - Farmácia Municipal de Bom Jardim, Centro de Saúde Djalma Neves, Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 – Centro – Bom Jardim / RJ, de segunda a sexta feira, das 8h às 16h.

4.3 – O prazo para conclusão do fornecimento dos bens requisitados poderá ser prorrogado, mediante justificativa idônea, com autorização expressa da fiscalização do contrato, mantidas as demais condições da contratação.

4.4 – Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta.

4.5 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 – Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

4.7 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.9 – A execução do contrato reputa-se concluída quando as obrigações da Administração e da CONTRATADA forem integralmente cumpridos, após o recebimento definitivo de todos os bens objeto desta contratação, decorridos os prazos de garantia legal e contratual, e realizado o respectivo pagamento.

5– PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

5.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

5.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

5.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

5.4 – Fica facultado à Administração comunicar à Contratada, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, caso os métodos usuais não sejam efetivos, sem prejuízo do previsto no item anterior.

6 – GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ATRIBUIÇÕES

6.1 – O gerenciamento da ata de registro de preço será de responsabilidade dos seguintes órgãos,



referente às suas quotas partes:

Secretaria de Administração, representada pelo Secretário **Luís Carlos dos Santos**, Matrícula nº 41/6917, CPF 894.530.427-49.

Secretaria de Saúde, representada pelo Secretário **Pablo Benvenuti Borba**, Matrícula nº 41/7072, CPF nº 147.382.467-20.

6.2 – Compete ao órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços:

6.2.1 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;

6.2.2 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;

6.2.3 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

6.2.4 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

6.2.5 – Solicitar aplicações de sanções por descumprimento contratual;

6.2.6 – Requerer ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;

6.2.7 – Solicitar o cancelamento do registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los (vide item 12.4)

6.2.8 – Solicitar a revogação da ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

6.2.9 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;

6.2.10 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;

6.2.11 – Gerenciar, planejar e realizar comunicações relativas às pesquisas de mercado periódicas, em tempo hábil para observância ao prazo não superior de 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

6.2.11.1 – Entende-se como tempo hábil o prazo mínimo de 90 dias (noventa) de antecedência ao prazo máximo previsto no item 6.2.11

6.3 – O rol dos órgãos participantes, suas respectivas cotas e atribuições constam no item 1.2 deste Termo de Referência.

6.4 – Não Será admitida a adesão de outras Secretarias Municipais que não participaram da presente licitação.

7 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

7.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato os servidores:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- **Gustavo Emrich**, Matrícula nº 41/7192, CPF nº 203.623.648-47;

- **Patrícia de Oliveira Erthal**, Matrícula nº 41/6972, CPF nº 026.340.497-81.

SECRETARIA DE SAÚDE:

- **Tânia Mara Neves de Jesus**, Matrícula nº 11/7011, CPF nº 859.469.667-15;

- **Rodrigo romito Gonçalves**, Matrícula nº 10/6241, CPF nº 089.270.127-71.



7.2 – Compete à fiscalização do contrato:

7.2.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

7.2.2 – Apresentar-se pessoalmente no local, data e horário para o recebimento dos bens.

7.2.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

7.2.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

7.2.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens fornecidos;

7.2.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

7.2.9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

8 – FORMA DE PAGAMENTO

8.1- O CONTRATANTE terá:

I - O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

II – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

8.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, CNPJ nº 28.561.041/0001-76, Praça Gov. Roberto Silveira, 44 – Centro / RJ, referente a cota parte da Secretaria de Administração e em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.867.889/0001-25, Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro, Bom Jardim/RJ, referente à quota parte da Secretaria de Saúde.

8.2.2 - Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

8.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

8.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

8.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

8.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;

8.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;



- 8.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;
- 8.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;
- 8.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;
- 8.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- 8.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;
- 8.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;
- 8.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.
- 8.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.
- 8.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcelas correspondentes a cada ordem de fornecimento, na forma da legislação vigente.
- 8.7.1 – Os itens relativos ao fornecimento deverão corresponder, em sua totalidade, aos itens constantes na ordem de fornecimento e na nota de empenho emitida pela Administração, sem qualquer divergência entre estes.
- 8.7.2 – É vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento em sua totalidade.
- 8.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.
- 8.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times V \times I$, onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.
- 8.10 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.
- 8.11 – É vedado à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06.

9 – REVISÃO DOS PREÇOS

- 9.1 – A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados



na ata de registro de preços.

9.2 – Os preços estabelecidos poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

9.3 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.4 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.5 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

9.7 – Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

9.8 – Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

9.9 – Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10 – PENALIDADES

10.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa(s);

10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

10.2.1 – Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;

10.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;

10.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;

10.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.



10.3 – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

10.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

10.3.2 – Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens;

10.3.3 – Não completar o fornecimento dos bens.

10.4 – São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

10.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar a ata de registro de preços, o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.4.2 – Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 15 dias úteis.

10.4.3 – Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.

10.4.4 – Não atender prontamente as solicitações das Secretarias requisitantes.

10.5 – São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

10.5.1 – Apresentar documentação falsa;

10.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;

10.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;

10.5.4 – Cometer fraude fiscal;

10.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;

10.5.6 – Não manter sua proposta;

10.5.7 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível.

10.6 – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

10.7 – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

10.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 1 a 5 UNIFBJ;

10.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 6 a 15 UNIFBJ;

10.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 16 a 50 UNIFBJ.

10.8 – Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, mesmo após a aplicação reiterada de multa, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

10.9 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

10.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

10.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.



10.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

10.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não mantiver a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

10.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

10.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

10.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

10.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

11 – CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

11.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o instrumento contratual e retirar o termo de ata de registro de preços, sendo cientificada de que sua omissão ensejará decaimento do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das penalidades dispostos no instrumento convocatório e seus anexos.

11.2 – Alternativamente ao comparecimento perante o órgão ou entidade para a assinatura, a licitante vencedora poderá enviar o termo da ata de registro de preços ou aceite assinado mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico com a respectiva assinatura digital, cujo marco do cumprimento será contado a partir da data de postagem.

11.3 – O aceite de nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, emitida à licitante vencedora, implica no reconhecimento que:

11.3.2 – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

11.4 – O prazo para assinar, aceitar ou retirar o termo da ata de registro de preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte durante o seu transcurso e tenha ocorrido fato justificado aceito pela Administração.

11.5 – Como requisito para celebração da ata de registro de preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

12 – DURAÇÃO, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



12.1 – A ata de registro de preços terá duração de 12 meses, com eficácia na forma do art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedada sua prorrogação. A iniciar a partir da assinatura.

12.2 – As contratações oriundas da ata de registro de preços terão duração idêntica a esta, observados os prazos para fornecimento e pagamento pela Administração.

12.3 – As obrigações disciplinadas na ata de registro de preços e no instrumento convocatório poderão ser alteradas por comum acordo das partes, após justificativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 – Quando conveniente a substituição de garantia de execução;

12.3.2 – Quando necessária a modificação da forma de fornecimento ou da dinâmica de execução, em razão da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos originais;

12.3.3 – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, sendo vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento;

12.3.4 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

12.4 – O registro do fornecedor será cancelado quando:

12.4.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.4.2 – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.4.3 – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.4.4 – Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

12.5 – O cancelamento de registros será formalizado por despacho da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

12.7 – A ata de registro de preços será revogada quando não restarem fornecedores registrados ou por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

13 – SUBCONTRATAÇÃO

13.1 – Não será admitida subcontratação para o presente objeto.

14 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

14.1 – O critério de julgamento é o MENOR PREÇO

14.2 – A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

14.3 – A forma de execução será DIRETA, com fornecimento parcelado.

15 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1 – Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da contratada, que comprove que a licitante forneceu bens em prazo,



características e quantidades compatíveis os descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

16 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.1 – A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

16.2 – Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial.

17 – GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

18 – DEMAIS OBSERVAÇÕES

18.1 - O presente Termo de Referência é resultado da unificação dos Documentos de Formalização de Demanda, apresentados pela Secretaria Municipal de Administração – Processo nº 3963/ 22 e Secretaria de Saúde – Processo nº 2901/22.

18.2 – O presente estará disponível aos interessados em participar do certame no Setor de Licitações do Município, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim - 2º andar – Comissão Geral de Licitações e Compras, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h e na Secretaria de Administração (2º andar) e Secretaria de Saúde (3º andar), no mesmo endereço e horários citados acima.

18.3 – A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93, de forma subsidiária.

19 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E CIÊNCIA DO GESTOR DO CONTRATO.

19.1 – É responsável pela elaboração deste documento a servidora:

Carla Martins de Souza Dutra Silva
Chefe de Planejamento e Projetos Básicos
Matrícula nº 12/3618

19.3 – Está de acordo com os termos:

Luiz Carlos dos Santos
Secretário de Administração
Matrícula nº 41/6917
CPF nº 894.530.427-49

Pablo Benvenuti Borba
Secretario de Saúde
Matr. 41/7072



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
PROPOSTA DE PREÇOS FINAL
ANEXO II

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

EMPRESA: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____ **Tel:** _____

CNPJ: _____ **Inscrição**

Estadual:



Email: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	Óculos proteção , material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo de lente: anti-risco, ainti-embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: policarbonato.	UND	80			
2.	Óculos proteção , material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor lente: verde.	UND	30			
3.	Luva segurança , material: vaqueta, tamanho GG, aplicação: segurança e proteção individual, características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5cm, tipo: petroleira.	PAR	100			
4.	Luva banho nitrílico Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, sem costura, revestida em borracha nitrílica na palma, dedos e dorso até parte do punho, palma antiderrapante, punho com elastano. Tamanho: G-9.	PAR	100			
5.	Luva de segurança para manutenção elétrica fabricada em nylon, revestida de espuma nitrílica, tamanho: G-8.	PAR	15			
6.	Botina segurança, TAMANHO 39 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50			
7.	Botina segurança, TAMANHO 40 material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano	PAR	40			



	bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta					
8.	<u>Botina segurança, TAMANHO 41</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50			
9.	<u>Botina segurança, TAMANHO 42</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50			
10.	<u>Botina segurança, TAMANHO 43</u> material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	40			
11.	<u>Botina segurança, TAMANHO 44</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	30			
12.	<u>Botina segurança, TAMANHO 45</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características	PAR	10			



	adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta					
13.	Botina segurança, TAMANHO 46, material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	10			
14.	Bota cano longo PVC, TAMANHAO 40, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	30			
15.	Bota cano longo PVC TAMANHAO 41, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40			
16.	Bota cano longo PVC, TAMANHO 42, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40			
17.	Bota cano longo PVC TAMANHO 43, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40			
18.	Bota cano longo PVC TAMANHO 44 impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em	PAR	30			



	PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.					
19.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 40 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	90			
20.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 41 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	20			
21.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 42 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	20			
22.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 43 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	10			
23.	Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO M. Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	UND	10			
24.	Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO G. Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no	UND	20			



	dorso.					
25.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO GG.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	UND	10			
26.	<u>Lixeira de Aço com pedal,</u> 20 litros	UND	11			
27.	<u>Caixa “BIN” organizadora,</u> plástica, nº 03 Preta	UND	102			
28.	<u>Caixa Branca 2P</u> para Transporte de Prótese Dentária entre as Unidades e o LRDP	UND	102			
29.	<u>Caixa Organizadora com tampa de 20 litros</u>	UND	05			
30.	<u>Luminária para LRPD,</u> com Lupa, triarticulada, com parafuso de fixação em bancada	UND	02			
31.	<u>Caixa plástica</u> modelo 002 sem tampa 4,2 litros; Material PP (polipropileno) ou PEAD (Polietileno de alta Densidade) Largura: Interna: 135mm Externa: 160mm Altura: Interna: 115mm Externa: 120mm Comprimento Interno: 285mm Externo: 320mm Cor: preta	UND	50			
32.	<u>Caixa BIN nº 6</u> Cor preta Dimensões: Altura: 15cm, largura: 19cm, comprimento: 29cm	UND	50			
33.	<u>Organizador Triplo Acrílico de Mesa Cristal</u> Dimensões: 18,4cm x 26,5cm x 51,5cm	UND	03			
34.	<u>Pallet Termoformado de chapa dupla,</u> em polietileno reforçado de alta densidade. 09 patas ovais de suporte. Encaixável, permitindo	UND	10			



	empilhamento (Telescópavel). Cor: preta. Entrada das pás (garfos) da paleteira pelos quatro lados. Reciclável, resistente, durável, lavável. Furos nas patas para drenagem, evitando acúmulos de água. Capacidade de carga de até 800kg. Dimensões do pallet: 1000 x 1200 x 145 a 165mm.					
35.	Cabo de aço 7/16	METRO	20			
36.	Cabo de aço 5/8	METRO	20			
37.	Cabo de aço 3/8	METRO	50			
38.	CAPA DE CHUVA , Vestimenta de segurança, tipo capa. Confeccionada em tecido sintético plastificado em PVC Forrado. Com mangas, Capuz fixo, Fechamento frontal através de botões de pressão e costuras Através de solda eletrônica. Tamanho G.	UN	30			
39.	Clips Cabo de Aço 7/16	UNIDA DE	05			
40.	Clips Cabo de Aço 5/8	UNIDA DE	05			
41.	Clips Cabo de Aço 3/8	UNIDA DE	05			
42.	Cone sinalização , material: PVC, altura: 75 cm, cor: laranja com faixas brancas	UN	200			
43.	Corda Nylon ½” .	METRO	200			
44.	Corda , material: poliéster, tipo: trançada (12 pernas), diâmetro: 3 mm, cor: branca, tipo bombeiro.	METRO	250			
45.	Corda NR 18 tipo bombeiro 12 mm em poliamida, carga de ruptura de 20 KN = 2.038 (kgf), cabo sem capa externa (mínimo): 15 KN = 1.529 (kgf), diâmetro nominal (mínimo): 12,0mm, desvio limite: + 0,5mm, fita inserida na alma gravada NR 16,5 ISSO 1140.	METRO	500			
46.	Enxada em aço carbono largura 24 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10			
47.	Enxada em aço carbono largura 18 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10			



48.	Enxada aço carbono 15 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10			
49.	Fita zebra de sinalização preta e Amarela, Rolo 200 metros.	ROLO 200 metros	200			
50.	Foice roçadeira em aço carbono , com cabo de madeira 110 cm, olho de 32mm de diâmetro.	Unitário	17			
51.	Gancho de aço com olhal 2 toneladas com trava de segurança	UNIDA DE	05			
52.	Gancho de aço com olhal 3 toneladas com trava segurança	UNIDA DE	05			
53.	Gancho de aço com olhal 5 toneladas com trava segurança	UNIDA DE	05			
54.	Lona Plástica em Bobina 4x100m Grossa capacidade 35kg.	Rolo 100 metros	20			
55.	Pá Quadrada em aço carbono com cabo de madeira 71 cm	UNIDA DE	15			
VALOR TOTAL (R\$)						

Declaro para os devidos fins que nos valores propostos são exequíveis e estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como de seus anexo.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

Validade da Proposta: 60 dias, se por motivo de força maior a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse do Município de Bom Jardim, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

ENDEREÇO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS:

BANCO : _____ AGÊNCIA: _____ CONTA: _____ OPERAÇÃO: _____

_____, _____ de _____ de 2023.



NOME DA EMPRESA E SEU REPRESENTANTE LEGAL

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº017/23
ANEXO III

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, registram-se os preços da Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, _____, portador da carteira de Identidade nº _____, órgão expedidor __, CPF nº _____.

Constitui objeto desta Licitação o Registro de futura e eventual aquisição de Material de Consumo Durável e EPIs para atender as demandas das Secretarias de Administração e Secretaria de Saúde.. **Processo Administrativo nº 3.936/2022**; . Integram esta Ata de Registro de Preços o Termo de Proposta Comercial – Anexo II, independente de transcrição.



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	Óculos proteção , material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo de lente: anti-risco, anti-embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: policarbonato.	UND	80		
2.	Óculos proteção , material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor lente: verde.	UND	30		
3.	Luva segurança , material: vaqueta, tamanho GG, aplicação: segurança e proteção individual, características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5cm, tipo: petroleira.	PAR	100		
4.	Luva banho nitrílico Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, sem costura, revestida em borracha nitrílica na palma, dedos e dorso até parte do punho, palma antiderrapante, punho com elastano. Tamanho: G-9.	PAR	100		
5.	Luva de segurança para manutenção elétrica fabricada em nylon, revestida de espuma nitrílica, tamanho: G-8.	PAR	15		
6.	Botina segurança, TAMANHO 39 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50		
7.	Botina segurança, TAMANHO 40 material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	40		



8.	<u>Botina segurança, TAMANHO 41</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50		
9.	<u>Botina segurança, TAMANHO 42</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	50		
10.	<u>Botina segurança, TAMANHO 43</u> material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	40		
11.	<u>Botina segurança, TAMANHO 44</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	30		
12.	<u>Botina segurança, TAMANHO 45</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao	PAR	10		



	cabedal, biqueira: composite para uso eletrícista, tamanho: sob medida, cor: preta				
13.	Botina segurança, TAMANHO 46, material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletrícista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	10		
14.	Bota cano longo PVC, TAMANHAO 40, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	30		
15.	Bota cano longo PVC TAMANHAO 41, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40		
16.	Bota cano longo PVC, TAMANHO 42, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40		
17.	Bota cano longo PVC TAMANHO 43, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	40		
18.	Bota cano longo PVC TAMANHO 44 impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	30		



19.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 40 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	90		
20.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 41 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	20		
21.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 42 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	20		
22.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 43 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	PAR	10		
23.	Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO M. Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	UND	10		
24.	Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO G. Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	UND	20		



25.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO GG.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	UND	10		
26.	<u>Lixeira de Aço com pedal,</u> 20 litros	UND	11		
27.	<u>Caixa “BIN” organizadora,</u> plástica, nº 03 Preta	UND	102		
28.	<u>Caixa Branca</u> 2P para Transporte de Prótese Dentária entre as Unidades e o LRDP	UND	102		
29.	<u>Caixa Organizadora com tampa de 20 litros</u>	UND	05		
30.	<u>Luminária para LRPD,</u> com Lupa, triarticulada, com parafuso de fixação em bancada	UND	02		
31.	<u>Caixa plástica</u> modelo 002 sem tampa 4,2 litros; Material PP (polipropileno) ou PEAD (Polietileno de alta Densidade) Largura: Interna: 135mm Externa: 160mm Altura: Interna: 115mm Externa: 120mm Comprimento Interno: 285mm Externo: 320mm Cor: preta	UND	50		
32.	<u>Caixa BIN</u> nº 6 Cor preta Dimensões: Altura: 15cm, largura: 19cm, comprimento: 29cm	UND	50		
33.	<u>Organizador Triplo Acrílico de Mesa Cristal</u> Dimensões: 18,4cm x 26,5cm x 51,5cm	UND	03		
34.	<u>Pallet Termoformado de chapa dupla,</u> em polietileno reforçado de alta densidade. 09 patas ovais de suporte. Encaixável, permitindo empilhamento (Telescópavel).	UND	10		



	Cor: preta. Entrada das pás (garfos) da paleteira pelos quatro lados. Reciclável, resistente, durável, lavável. Furos nas patas para drenagem, evitando acúmulos de água. Capacidade de carga de até 800kg. Dimensões do pallet: 1000 x 1200 x 145 a 165mm.				
35.	Cabo de aço 7/16	METRO	20		
36.	Cabo de aço 5/8	METRO	20		
37.	Cabo de aço 3/8	METRO	50		
38.	CAPA DE CHUVA , Vestimenta de segurança, tipo capa. Confeccionada em tecido sintético plastificado em PVC Forrado. Com mangas, Capuz fixo, Fechamento frontal através de botões de pressão e costuras Através de solda eletrônica. Tamanho G.	UN	30		
39.	Clips Cabo de Aço 7/16	UNIDA DE	05		
40.	Clips Cabo de Aço 5/8	UNIDA DE	05		
41.	Clips Cabo de Aço 3/8	UNIDA DE	05		
42.	Cone sinalização , material: PVC, altura: 75 cm, cor: laranja com faixas brancas	UN	200		
43.	Corda Nylon ½" .	METRO	200		
44.	Corda , material: poliéster, tipo: trançada (12 pernas), diâmetro: 3 mm, cor: branca, tipo bombeiro.	METRO	250		
45.	Corda NR 18 tipo bombeiro 12 mm em poliamida, carga de ruptura de 20 KN = 2.038 (kgf), cabo sem capa externa (mínimo): 15 KN = 1.529 (kgf), diâmetro nominal (mínimo): 12,0mm, desvio limite: + 0,5mm, fita inserida na alma gravada NR 16,5 ISSO 1140.	METRO	500		
46.	Enxada em aço carbono largura 24 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10		
47.	Enxada em aço carbono largura 18 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10		



48.	Enxadão aço carbono 15 cm, com cabo de madeira.	UNIDA DE	10		
49.	Fita zebra de sinalização preta e Amarela, Rolo 200 metros.	ROLO 200 metros	200		
50.	Foice roçadeira em aço carbono , com cabo de madeira 110 cm, olho de 32mm de diâmetro.	Unitário	17		
51.	Gancho de aço com olhal 2 toneladas com trava de segurança	UNIDA DE	05		
52.	Gancho de aço com olhal 3 toneladas com trava segurança	UNIDA DE	05		
53.	Gancho de aço com olhal 5 toneladas com trava segurança	UNIDA DE	05		
54.	Lona Plástica em Bobina 4x100m Grossa capacidade 35kg.	Rolo 100 metros	20		
55.	Pá Quadrada em aço carbono com cabo de madeira 71 cm	UNIDA DE	15		

1 - DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	SEC. REQUISITANTE
1.	Óculos proteção , material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo de lente: anti-risco, anti-embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: policarbonato.	399611	UND	01	80	SMA - 80
2.	Óculos proteção , material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor lente: verde.	281881	UND	01	30	SMA - 30
3.	Luva segurança , material: vaqueta, tamanho GG, aplicação: segurança e proteção individual, características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5cm, tipo: petroleira.	449497	PAR	01	100	SMA - 100
4.	Luva banho nitrílico Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, sem costura, revestida em borracha nitrílica na palma, dedos e dorso até parte do punho, palma antiderrapante, punho com	Não localizado	PAR	01	100	SMA -100



	elastano. Tamanho: G-9.					
5.	Luva de segurança para manutenção elétrica fabricada em nylon, revestida de espuma nitrílica, tamanho: G-8.	Não localizado	PAR	01	15	SMA - 15
6.	Botina segurança, TAMANHO 39 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	50	SMA - 50
7.	Botina segurança, TAMANHO 40 material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	40	SMA- 40
8.	Botina segurança, TAMANHO 41 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	50	SMA - 50
9.	Botina segurança, TAMANHO 42 , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	50	SMA - 50
10.	Botina segurança, TAMANHO 43 material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola:	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40



	antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta					
11.	<u>Botina segurança, TAMANHO 44</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	30	SMA - 30
12.	<u>Botina segurança, TAMANHO 45</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	10	SMA - 10
13.	<u>Botina segurança, TAMANHO 46</u> , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bidensidade, modelo sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bidensidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso electricista, tamanho: sob medida, cor: preta	Não localizado	PAR	01	10	SMA - 10
14.	<u>Bota cano longo PVC, TAMANHAO 40</u> , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	30	SMA - 30
15.	<u>Bota cano longo PVC TAMANHAO 41</u> , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40



	PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.					
16.	Bota cano longo PVC, TAMANHO 42 , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40
17.	Bota cano longo PVC TAMANHO 43 , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	40	SMA - 40
18.	Bota cano longo PVC TAMANHO 44 impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	Não localizado	PAR	01	30	SMA - 30
19.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 40 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	90	SMA - 20
20.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 41 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	20	SMA - 20
21.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 42 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	20	SMA - 20
22.	Sapato de segurança em couro, TAMANHO 43 colarinho soft acolchoado, fechamento em elástico, biqueira de polipropileno, solado de borracha.	Não localizado	PAR	01	10	SMA - 10
23.	Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO M. Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento	Não localizado	UND	01	10	SMA - 10



	ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.					
24.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO G.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	Não localizado	UND	01	20	SMA - 20
25.	<u>Cinta ergonômica lombar com suspensórios e elástico. TAMANHO GG.</u> Confeccionado em elástico com costura em nylon. Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. Elásticos reforçados com hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. Base do cinto com elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. Faixas laterais com elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro. Dispositivos antiderrapantes dispostos adequadamente no dorso.	Não localizado	UND	01	10	SMA - 10
26.	<u>Lixeira de Aço com pedal,</u> 20 litros	347602	UND	01	11	SMS -11
27.	<u>Caixa “BIN” organizadora,</u> plástica, nº 03 Preta	Não localizado	UND	01	102	SMS -102
28.	<u>Caixa Branca</u> 2P para Transporte de Prótese Dentária entre as Unidades e o LRDP	Não localizado	UND	01	102	SMS - 102
29.	<u>Caixa Organizadora com tampa de 20 litros</u>	Não localizada	UND	01	05	SMS - 05
30.	<u>Luminária para LRDP,</u> com Lupa, triarticulada, com parafuso	Não	UND	01	02	SMS - 02



	de fixação em bancada	localizada				
31.	Caixa plástica modelo 002 sem tampa 4,2 litros; Material PP (polipropileno) ou PEAD (Polietileno de alta Densidade) Largura: Interna: 135mm Externa: 160mm Altura: Interna: 115mm Externa: 120mm Comprimento Interno: 285mm Externo: 320mm Cor: preta	Não localizado	UND	01	50	SMS - 50
32.	Caixa BIN nº 6 Cor preta Dimensões: Altura: 15cm, largura: 19cm, comprimento: 29cm	Não localizado	UND	01	50	SMS - 50
33.	Organizador Triplo Acrílico de Mesa Cristal Dimensões: 18,4cm x 26,5cm x 51,5cm	Não localizado	UND	01	03	SMS - 03
34.	Pallet Termoformado de chapa dupla , em polietileno reforçado de alta densidade. 09 patas ovais de suporte. Encaixável, permitindo empilhamento (Telescópavel). Cor: preta. Entrada das pás (garfos) da paleteira pelos quatro lados. Reciclável, resistente, durável, lavável. Furos nas patas para drenagem, evitando acúmulos de água. Capacidade de carga de até 800kg. Dimensões do pallet: 1000 x 1200 x 145 a 165mm.	Não localizado	UND	01	10	SMS - 10
35.	Cabo de aço 7/16	05903	METRO	01	20	SMA - 20
36.	Cabo de aço 5/8	05903	METRO	01	20	SMA - 20
37.	Cabo de aço 3/8	05903	METRO	01	50	SMA - 50
38.	CAPA DE CHUVA , Vestimenta de segurança, tipo capa. Confeccionada em tecido sintético plastificado em PVC Forrado. Com mangas, Capuz fixo, Fechamento frontal através de botões de pressão e costuras Através de solda eletrônica. Tamanho G.	3905	UN	01	30	SMA - 30
39.	Clips Cabo de Aço 7/16	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
40.	Clips Cabo de Aço 5/8	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
41.	Clips Cabo de Aço 3/8	Não localizado	UNIDA	01	05	SMA - 05



			DE			
42.	Cone sinalização , material: PVC, altura: 75 cm, cor: laranja com faixas brancas	460721	UN	01	200	SMA - 200
43.	Corda Nylon ½” .	Não localizado	METRO	01	200	SMA - 200
44.	Corda , material: poliéster, tipo: trançada (12 pernas), diâmetro: 3 mm, cor: branca, tipo bombeiro.	238910	METRO	01	250	SMA - 250
45.	Corda NR 18 tipo bombeiro 12 mm em poliamida, carga de ruptura de 20 KN = 2.038 (kgf), cabo sem capa externa (mínimo): 15 KN = 1.529 (kgf), diâmetro nominal (mínimo): 12,0mm, desvio limite: + 0,5mm, fita inserida na alma gravada NR 16,5 ISSO 1140.	Não localizado	METRO	01	500	SMA - 500
46.	Enxada em aço carbono largura 24 cm, com cabo de madeira.	468616	UNIDA DE	01	10	SMA - 10
47.	Enxada em aço carbono largura 18 cm, com cabo de madeira.	452370	UNIDA DE	01	10	SMA - 10
48.	Enxadão aço carbono 15 cm, com cabo de madeira.	314244	UNIDA DE	01	10	SMA - 10
49.	Fita zebra de sinalização preta e Amarela, Rolo 200 metros.	Não localizado	ROLO 200 metros	01	200	SMA - 200
50.	Foice roçadeira em aço carbono , com cabo de madeira 110 cm, olho de 32mm de diâmetro.	39535	Unitário	01	17	SMA - 17
51.	Gancho de aço com olhal 2 toneladas com trava de segurança	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
52.	Gancho de aço com olhal 3 toneladas com trava segurança	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
53.	Gancho de aço com olhal 5 toneladas com trava segurança	Não localizado	UNIDA DE	01	05	SMA - 05
54.	Lona Plástica em Bobina 4x100m Grossa capacidade 35kg.	Não localizado	Rolo 100 metros	01	20	SMA - 20
55.	Pá Quadrada em aço carbono com cabo de madeira 71 cm	405532	UNIDA DE	01	15	SMA - 15

2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos



e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

2.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia.

2.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

2.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em até 05 (cinco) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

2.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

2.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

2.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

2.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.

2.1.10 – Entregar os EPI's dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos pelo INMETRO com o devido Certificado de Aprovação (C.A.);

2.1.11 - Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005.

3 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

3.1.1 – Emitir a ordem de fornecimento e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

3.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

3.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

3.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;



3.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO

4.1 – A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

4.2 – Os bens a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada conforme ordem de fornecimento, em prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento, nos seguintes endereços:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- Sec. De Obras, Rua Humberto Neves, S/nº, Bom Destino - Bom Jardim-RJ, das 7h às 11h e das 12h às 16h, de segunda a sexta-feira, aos cuidados da fiscalização do contrato.

SECRETARIA DE SAÚDE: Itens 12 ao16 – Unidade de Saúde Bucal- Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Saúde Djalma Neves, Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 – Centro – Bom Jardim / RJ, de segunda a sexta feira, das 8h às 16h.

Itens 17 ao 20 - Farmácia Municipal de Bom Jardim, Centro de Saúde Djalma Neves, Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 – Centro – Bom Jardim / RJ, de segunda a sexta feira, das 8h às 16h.

4.3 – O prazo para conclusão do fornecimento dos bens requisitados poderá ser prorrogado, mediante justificativa idônea, com autorização expressa da fiscalização do contrato, mantidas as demais condições da contratação.

4.4 – Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta.

4.5 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 – Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

4.7 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.9 – A execução do contrato reputa-se concluída quando as obrigações da Administração e da CONTRATADA forem integralmente cumpridos, após o recebimento definitivo de todos os bens objeto desta contratação, decorridos os prazos de garantia legal e contratual, e realizado o respectivo pagamento.

5 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES



5.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

5.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

5.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

5.4 – Fica facultado à Administração comunicar à Contratada, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, caso os métodos usuais não sejam efetivos, sem prejuízo do previsto no item anterior.

6 – GESTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ATRIBUIÇÕES

6.1 – O gerenciamento da ata de registro de preço será de responsabilidade dos seguintes órgãos, referente às suas quotas partes:

Secretaria de Administração, representada pelo Secretário Luís Carlos dos Santos, Matrícula nº 41/6917, CPF 894.530.427-49.

Secretaria de Saúde, representada pelo Secretário **Pablo Benvenuti Borba**, Matr. 41/7072, 147.382.467-20

6.2 – Compete ao órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços:

6.2.1 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;

6.2.2 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;

6.2.3 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

6.2.4 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

6.2.5 – Solicitar aplicações de sanções por descumprimento contratual;

6.2.6 – Requerer ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;

6.2.7 – Solicitar o cancelamento do registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los

6.2.8 – Solicitar a revogação da ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

6.2.9 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;

6.2.10 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;

6.2.11 – Gerenciar, planejar e realizar comunicações relativas às pesquisas de mercado periódicas, em tempo hábil para observância ao prazo não superior de 180 (cento e



oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

6.2.11.1 – Entende-se como tempo hábil o prazo mínimo de 90 dias (noventa) de antecedência ao prazo máximo previsto no item 6.2.11

6.3 – O rol dos órgãos participantes, suas respectivas cotas e atribuições constam no item 1.2 deste Termo de Referência.

6.4 – Não Será admitida a adesão de outras Secretarias Municipais que não participaram da presente licitação.

7 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

7.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato os servidores:
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- Gustavo Emrich, Matrícula nº 41/7192, CPF nº 203.623.648-47;

- Patrícia de Oliveira Erthal, Matrícula nº 41/6972, CPF nº 026.340.497-81.

SECRETARIA DE SAÚDE:

-Tânia Mara Neves de Jesus, Matrícula nº 11/7011, CPF nº 859.469.667-15;

-Rodrigo romito Gonçalves, Matrícula nº 10/6241, CPF nº 089.270.127-71.

7.2 – Compete à fiscalização do contrato:

7.2.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

7.2.2 – Apresentar-se pessoalmente no local, data e horário para o recebimento dos bens.

7.2.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

7.2.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

7.2.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens fornecidos;

7.2.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

7.2.9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

8 – FORMA DE PAGAMENTO

8.1- O CONTRATANTE terá:

I - O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no



dispositivo citado.

II – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

8.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, CNPJ nº 28.561.041/0001-76, Praça Gov. Roberto Silveira, 44 – Centro / RJ, referente a cota parte da Secretaria de Administração e em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.867.889/0001-25, Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro, Bom Jardim/RJ, referente à quota parte da Secretaria de Saúde.

8.2.2 - Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

8.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

8.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

8.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

8.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;

8.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

8.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;

8.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

8.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;

8.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

8.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;

8.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;

8.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.

8.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.

8.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcelas correspondentes a cada ordem de fornecimento, na forma da legislação vigente.

8.7.1 – Os itens relativos ao fornecimento deverão corresponder, em sua totalidade, aos itens constantes na ordem de fornecimento e na nota de empenho emitida pela Administração, sem qualquer divergência entre estes.

8.7.2 – É vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento em sua totalidade.



8.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.

8.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times V \times I$, onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.

8.10 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.

8.11 – É vedado à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06.

9 – REVISÃO DOS PREÇOS

9.1 – A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

9.2 – Os preços estabelecidos poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

9.3 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.4 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.5 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

9.7 – Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

9.8 – Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

9.9 – Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



10 – PENALIDADES

10.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa(s);

10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

10.2.1 – Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;

10.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;

10.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;

10.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

10.3 – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

10.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

10.3.2 – Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens;

10.3.3 – Não completar o fornecimento dos bens.

10.4 – São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

10.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar a ata de registro de preços, o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.4.2 – Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 15 dias úteis.

10.4.3 – Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.

10.4.4 – Não atender prontamente as solicitações das Secretarias requisitantes.

10.5 – São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

10.5.1 – Apresentar documentação falsa;

10.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;



- 10.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;
- 10.5.4 – Cometer fraude fiscal;
- 10.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.5.6 – Não manter sua proposta;
- 10.5.7 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível.
- 10.6 – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
- 10.7 – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:
- 10.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 1 a 5 UNIFBJ;
- 10.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 6 a 15 UNIFBJ;
- 10.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 16 a 50 UNIFBJ.
- 10.8 – Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, mesmo após a aplicação reiterada de multa, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.
- 10.9 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.
- 10.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.
- 10.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.
- 10.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.
- 10.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 10.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não mantiver a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.
- 10.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei



Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

10.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

10.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

10.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

11-RECURSO FINANCEIRO (ART. 55, V)

11.1– Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

SECRETARIA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	CÓDIGO DE DESDOBRAMENTO DA DESPESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0065.2.207. 3.3.90.30 10.301.0065.2.210. 3.3.90.30	339030.00		
Secretaria de Administração	02.400.04.122.0010. 2.027	339030.00	150000 170401	

12 – DURAÇÃO, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A ata de registro de preços terá duração de 12 meses, com eficácia na forma do art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedada sua prorrogação. A iniciar a partir da assinatura.

12.2 – As contratações oriundas da ata de registro de preços terão duração idêntica a esta, observados os prazos para fornecimento e pagamento pela Administração.

12.3 – As obrigações disciplinadas na ata de registro de preços e no instrumento convocatório poderão ser alteradas por comum acordo das partes, após justificativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 – Quando conveniente a substituição de garantia de execução;

12.3.2 – Quando necessária a modificação da forma de fornecimento ou da dinâmica de execução, em razão da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos originais;

12.3.3 – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, sendo vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento;



12.3.4 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

12.4 – O registro do fornecedor será cancelado quando:

12.4.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.4.2 – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.4.3 – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.4.4 – Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

12.5 – O cancelamento de registros será formalizado por despacho da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

12.7 – A ata de registro de preços será revogada quando não restarem fornecedores registrados ou por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

13 –CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO:

13.1 – O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

13.2 – O cancelamento de seu registro poderá ser:

13.2.1 – a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

13.2.2 – por iniciativa da Administração:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

d) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

e) Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

13.2.3 – por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

13.3 – O cancelamento de registros será formalizado por despacho da Administração,



assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

13.5 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

14 – DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 – A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

14.1.1 – por decurso de prazo de vigência;

14.1.2 – quando não restarem fornecedores registrados;

14.1.3 – pela Administração, quando caracterizado o interesse público.

15– TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, poderá ser feita através de protocolo ou por meio eletrônico.

16– DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO)

A contratante deverá providenciar no prazo de até 20 dias, contados da assinatura do presente Contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do Município.

17– CASOS OMISSOS (ART. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

18 – FORO (ART. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, XX de XXXX de 2023



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

Processo nº
3.936/2022
Fls. _____



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017 /2023
ANEXO III
DECLARAÇÃO ÚNICA

DECLARAMOS , sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, definidas do Edital;

III - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

IV- que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

V- que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verdadeiras, de acordo com os dispositivos legais;

VI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

VII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III, do art. 5º, da Constituição Federal;

VIII - a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.

IX- que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público Municipal de Bom Jardim/RJ, bem como não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

X- Declaro ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

, _____ de _____ de 2023

LOCAL E DATA



Assinatura Digital:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

MINUTA EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023

ANEXO IV

MINUTAS DE CONTRATO